

Notas de um debate. Comentários sobre o texto de Jeffrey Needell *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*

Notes on a Debate. Comments on Jeffrey Needell's text *Brazilian Party Formation from the Regency to the Conciliation, 1831-1857*

Ricardo Salles

Professor no Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CCH/UniRio – Rio de Janeiro/Brasil) e membro do Centro de Estudos do Oitocentos (CEO).

e-mail: ricardosalles@gmail.com

Resumo

Estas observações sobre o texto de Jeffrey Needell buscam situar suas colocações no contexto mais geral da produção historiográfica clássica sobre o Estado imperial no século XIX. Particularmente, elas se referem às potencialidades e possíveis lacunas que o texto apresenta no que diz respeito às relações entre este Estado e sua base social de sustentação.

Abstract

The overall goal is to make one or two remarks on Needell's paper contextualizing it in regard to the Brazilian historiography concerning the imperial State in the 19th Century. Particular attention is paid in what concerns the social basis of this State.

Palavras-chave

Estado / formas de governo, império, práticas políticas

Keywords

State / forms of government, empire, political practices

1

Mantenho, com algumas pequenas modificações de forma e outras que explicitam melhor o conteúdo, além de notas de referência, a versão que foi apresentada na sessão do Fórum da revista Almanack Braziliense realizado em 5 de junho de 2009 no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Para um comentário mais alentado sobre o trabalho de Jeffrey Needell, *The Party of Order. The Conservatives, The State and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871* (Stanford: Stanford University Press, 2006), remeto à minha resenha do mesmo, "Escravidão e política no Império", em *História Ciências Saude-Manguinhos*, vol.15, n.1, p.231-235, mar./2008.

2

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

3

A lista seria longa, a começar, do ponto de vista historiográfico, com *Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, de 1898-99, que, entretanto, não se utiliza do conceito de elite política. Oliveira Vianna, em *Populações meridionais do Brasil*, de 1920, e em *O ocaso do Império*, de 1925, irá fazê-lo sistematicamente.

4

A referência aqui é às obras de Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior. Como exemplos, podemos citar, do primeiro, *Formação histórica do Brasil*, de 1962, e do segundo, *Evolução política do Brasil e outros estudos*, de 1953 (*Evolução política do Brasil* conheceu sua primeira edição em 1933).

5

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. A obra foi seguida, por *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, 1988.

6

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. A formação do Estado imperial*. São Paulo, Hucitec, 1987.

Velhos temas sobre o século XIX brasileiro

O primeiro ponto a se ressaltar no artigo de Jeffrey Needell, que segue, em linhas gerais, determinadas questões por ele já levantadas em *The Party of Order*,¹ é a retomada de velhos e clássicos temas da história do Império, ou do século XIX brasileiro, e que são bem-vindos. A formação dos partidos políticos é um desses temas. Entretanto, mais que uma retomada do tema, o importante no trabalho de Needell é sua busca em tratar a história política pelo viés de sua conexão com a história social, e não somente pelo cultural, ou mesmo excessivamente pelo cultural, como tem praticado a maior parte da historiografia recente.

Tradições teóricas

Nas interpretações sobre o século XIX brasileiro confrontaram-se diferentes tradições teóricas. Inicialmente, uma de vertente cultural, que buscava em características culturais as explicações para as práticas e instituições políticas. Exemplar dessa tradição seria o clássico de Raymundo Faoro, *Os donos do poder*,² que buscava nas tradições da formação histórica ibérica a origem das características da organização política brasileira. O trabalho de Faoro, com seu uso da categoria de patrimonialismo como vertente explicativa da política imperial, deitou profundas raízes nas interpretações posteriores do XIX brasileiro. Ao salientar o caráter inorgânico, por assim dizer, do Estado ibérico e, por tradição histórica, do Estado brasileiro, com sua precedência e sua prevalência sobre a sociedade, Faoro seguiu e ampliou uma tendência de análise que salientava o papel independente da elite política na História do Brasil.³ *Os donos do poder*, vendo no domínio sobre o Estado o uso patrimonialista do poder político, além de descrever uma óbvia realidade da política brasileira, mostrava-se mais complexo e mais realista que as interpretações de viés marxista que buscavam derivar a conformação do Estado à estrutura econômica e social brasileira. Esta vertente enfrentava enormes dificuldades analíticas ao não conseguir uma explicação convincente que desse conta do caráter liberal – algo que seria típico dos Estados capitalistas centrais – das instituições políticas imperiais e sua ancoragem em uma sociedade escravista – para alguns, semifeudal – e semicolonial e periférica.⁴

A publicação, em 1980, de *A construção da ordem: a elite política imperial*, de José Murilo de Carvalho,⁵ pareceu ter lançado uma última pá de terra sobre a tese do Estado representante da classe dominante, os grandes fazendeiros e donos de escravos. Sua argumentação era a de que, ainda que sempre negociando com a classe dominante, formara-se no Brasil uma elite política que tinha um projeto próprio de construção de um Estado nacional, que inclusive terminaria por prevalecer ante os interesses da classe dominante. A tese da conexão entre classe dominante e o Estado, contudo, ganhou novo fôlego com a publicação, em 1987, de *O Tempo Saquarema*, de Ilmar Rohloff de Mattos.⁶ Referenciando-se teoricamente no marxismo do revolucionário italiano Antonio Gramsci e do historiador inglês Edward Palmer Thompson, Ilmar repunha a questão da relação entre Estado e classe dominante. Propunha a reconstituição do processo histórico de formação da classe dominante escravista, vista agora em sua concretude específica de classe senhorial nucleada em torno dos grandes proprietários, comerciantes e burocratas da região do Rio de Janeiro, como o mesmo processo de formação do Estado imperial. A construção deste, a partir da atuação de gentes históricos bem específicos, entre os quais sobressaía o

7

Ver na trilha da utilização da categoria elite, ainda que de forma distinta daquela empregada por José Murilo de Carvalho, utilizando-se da micro-história e da reconstituição de redes familiares de poder político e econômico, em parte remanescentes do Antigo Regime no século XIX, o livro de MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. No sentido da retomada e aprofundamento da tese de Ilmar Rohloff de Mattos, ainda que privilegiando as relações verticais de classe entre senhores e escravos, ver o meu *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX: senhores e escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

núcleo saquarema dos conservadores fluminenses, seria o mesmo processo de formação da classe senhorial. Esta, por sua vez, não existiria – e era isso que a distinguia da categoria genérica de plantadores – sem sua constituição enquanto Estado, isto é, enquanto hegemonia e direção moral e intelectual, exercida pela Coroa, entendida enquanto partido no sentido amplo empregado por Gramsci, sobre os demais grupos sociais.

Como mostra o próprio trabalho de Needell, entre outros, a discussão está longe ter sido concluída, em que pese o uso abusivo e generalizado – e a meu ver, teórica e empiricamente inconsistente – do termo elite, ou elites, no plural, que tem marcado a maioria dos trabalhos acadêmicos atuais.⁷ O debate, além de sua natureza interpretativa sobre a história do Império, tem um alcance teórico que diz respeito a como e com que grau de autonomia e consciência os homens fazem sua História. É sobre este ponto que gostaria de deter mais nos comentários sobre o texto de Jeffrey Needell.

A velha questão da agência na História: história política e história social

Nunca é demais lembrar a colocação de Marx, em *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, de que os homens fazem a sua própria história, mas não segundo sua livre vontade. A fazem sob circunstâncias, tradições e linguagens com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. Ainda seguindo Marx, eu acrescentaria que o que eles pensam que fazem e o que realmente fazem são duas coisas distintas. Mais ainda, o que pensam, o que pensam que fazem, o que fazem e o resultado disso tudo são coisas que, além dos impactos das ações de outros homens sobre suas próprias ações, dependem de circunstâncias materiais e sociais objetivas, dadas, em que se encontram e sobre as quais agem. As circunstâncias dadas atuam assim como condicionalidades e limites das ações. Estabelecer ligações diretas entre qualquer um desses momentos – intenções, representações, ações, circunstâncias e resultados – ou ignorar seu condicionamento social mútuo, são, de modos distintos, os caminhos mais fáceis para uma má avaliação dos eventos históricos.

Um dos méritos do trabalho de Needell é evitar estas saídas fáceis ao analisar a formação dos partidos, no período entre 1830 e 1857, principalmente no período regencial. Ele estabelece três modelos possíveis e verificáveis de agência política no período: a maçonaria, os clubes e os periódicos a eles associados e os "oradores falando por e para oligarquias locais estabelecidas", sendo que o terceiro modelo foi aquele que ele considerou o mais "básico e fundamental para o como os partidos se originaram. Os oradores, necessariamente vinculados às oligarquias por sangue, casamento ou perspectiva, articulavam a direção política; as oligarquias proviam as bases para os votos". Ele acrescenta que oradores que buscavam apoio ou falavam em nome de grupos socioeconômicos intermediários ou pobres livres nas cidades mostraram-se incapazes de sustentar-se politicamente sem auxílio. Os elementos que eles representavam não podiam prover o mínimo necessário de riqueza, distinção, influência e presença duradoura para sua sustentação. Daí que acabavam, muitos deles, por se aliar às oligarquias para obter êxito. Podemos acrescentar duas observações a estas considerações:

a) Evidentemente, ao fim e ao cabo, as facções políticas mais bem articuladas com as oligarquias regionais mais fortes e estáveis prevaleceram. Isto quer dizer os conservadores – ou como quer Needell,

mas não sem problemas, como problematizarei adiante, o Partido da Ordem ou os reacionários. Mais especificamente, trata-se dos conservadores do Rio de Janeiro, da Zona da Mata e do Sul de Minas, de São Paulo e seus aliados baianos e pernambucanos, principalmente, ligados às mais importantes oligarquias cafeeiras e açucareiras destas províncias. Tudo isso está colocado, ou quase, no texto de Needell, e de maneira ainda mais sistemática em *The Party of Order*.

b) Todos os outros grupos políticos, com bases sociais distintas, ou não tão articuladas e poderosas, e que buscaram se impor ou mesmo se defender pelo uso da violência, foram derrotados, quando não mesmo eliminados, pela força. Mais importante ainda, uma conjunção de circunstâncias, propostas, ações e acontecimentos socioeconômicos e políticos foi interpretada, aproveitada e, em alguma medida, dirigida por uma facção política específica, os saquaremas fluminenses, articulados com outros políticos e representantes diretos dos grandes proprietários escravistas de outras províncias. Dessas ações e dessas circunstâncias resultou uma institucionalidade e uma cultura, não apenas políticas, estáveis e consolidadas, aceitas pelos principais agentes políticos, sociais e culturais do Império. No centro desse processo, como força aglutinadora, organizadora e de expansão de um *éthos* e um *habitus* próprios, estava a Coroa enquanto partido gramsciano, como bem notou Ilmar Rohloff de Mattos. A ação dos saquaremas e dos conservadores e a atuação da Coroa encarnada na figura de dom Pedro II constituíram, ainda para usar o instrumental gramsciano, a direção moral e intelectual do Segundo Reinado, ou, mais precisamente, do bloco histórico imperial-escravista.

Ainda que se possa entender – e não necessariamente concordar – a escolha de Needell por uma narrativa mais factual dos acontecimentos desse processo histórico, fica uma certa frustração pelo seu não diálogo com a interpretação de Ilmar sobre a construção do edifício político do Segundo Reinado, sumariada acima. Ainda mais quando vemos seu uso da expressão “intelectuais orgânicos” para designar as lideranças saquaremas fluminenses. Fica um “gosto de quero mais”. O diálogo não acontece talvez porque Needell, do meu ponto de vista, tende a colar demasiadamente os líderes políticos e o que ele define como oligarquias regionais, que parecem ser a expressão direta dos grandes proprietários e potentados, quando não os próprios. Não que não houvesse colagens de interesses pessoais, familiares e de grupos diretamente com agentes políticos. Os casos dos componentes da Trindade Saquarema, Itaboraí, Paulino e Eusébio de Queiroz, são expressivos nesse sentido. Paraná, também no Rio de Janeiro, e, mais tarde, Cotegipe, na Bahia, eram eles mesmos grandes proprietários, e são ainda expressões diretas dessas colagens. Outros, como Vasconcelos e Rio Branco, não o foram. Caxias e Nabuco de Araújo, por sua vez, poderiam figurar numa posição intermediária. Uma coisa, no entanto, unificava a todos, além dos vínculos de interesses corporativos de classe ou de afinidade, sobrepujando suas eventuais disputas pessoais: comungavam o *éthos* e o *habitus* senhorial-imperial. Em seus casos específicos, eram, acima de tudo, estadistas do Império. Colocavam-se entre as posições mais altas da hierarquia imperial. Como conservadores, mostraram-se ainda capazes de dirigir politicamente este processo de hegemonia. Não porque por serem conservadores deveriam *necessariamente* fazê-lo; mas porque de fato o fizeram. Nada *a priori* impedia um liberal de cumprir este papel de direção. Eles até mesmo tentaram – e a virada liberal de Nabuco de

Araújo é emblemática nesse sentido. Simplesmente, por uma conjunção de circunstâncias e acontecimentos socioeconômicos e políticos, que em parte resultou do e em parte se impôs ao jogo político, e que aqui não cabe tratar, não o conseguiram. A preeminência conservadora manteve-se por todo o Segundo Reinado. Foram eles que seguraram as rédeas nos momentos decisivos de 1850, com a abolição efetiva do tráfico, em 1868, com o impulso para a vitória contra o Paraguai, na grande reforma de 1871 e até mesmo na última tentativa, frustrada, é verdade, de se antecipar aos fatos, em 1888.

Não que fossem os mesmos conservadores sempre, ou que fossem um corpo homogêneo. Estavam longe disso. Mas, apesar das divergências internas, das idas e vindas entre os partidos, do surgimento do partido republicano, das crises, apesar de tudo isso, os partidos conservador e liberal mantiveram-se como os veios, um principal, outro secundário, por onde correu a política imperial. Uma política que, por sua vez, escorou-se na estabilidade, por mais de meio século, a contar-se da Maioridade em 1840, da Coroa, do poder moderador, do Conselho de Estado, do parlamento, das instituições e da cultura política imperiais. Tudo só caiu, sem grande estrondo, é verdade, diante da onda abolicionista, na qual surfou o republicanismo bem comportado. Mesmo assim, o Império ainda projetou sua sombra de estabilidade e de nostalgia por boa parte do século que viria.

A escravidão nacional e o liberalismo paternalista

Se no item anterior cobre o "gosto de quero mais" que o texto de Needell me provocou, trata-se agora de apontar uma diferença de análise, ainda que para mim umbilicalmente ligada ao anterior. O ponto é o mesmo: as ligações, sempre mediadas, sempre defasadas e tensionadas, ora se rompendo, ora se fundindo, entre circunstâncias materiais e sociais e agência histórica, no nosso caso, especialmente a agência política. Em trabalho recente, Tâmis Peixoto Parron demonstrou o caminhar junto de duas discussões no parlamento brasileiro entre 1831 e 1838: a da necessidade da ordem e a da necessidade de reabrir, abertamente e em larga escala, mesmo que não legalmente, o tráfico internacional de escravos. Mostrou ainda que, com as naturais defasagens, os principais personagens dessas discussões foram os mesmos, os regressistas, mais tarde assimilados aos conservadores, sob a liderança de sua facção fluminense.⁸ Ainda que boa parte dessas lideranças políticas fossem elas mesmas proprietárias de escravos, não se trata de daí derivar sua ação em defesa da escravidão. Tampouco, no entanto, se trata do inverso, isto é, buscar estabelecer que por seus discursos e, eventualmente, mesmo intenções fossem contrários à escravidão. Podiam ser e podiam não ser. Estabelecer isto tem, é claro, importância histórica e pode lançar luz não apenas para incoerências, dramas, ambições e interesses individuais. Pode até mesmo lançar luz sobre a complexidade dos contextos históricos em que estes homens operavam. Mas não pode, no entanto, elidir o fato de que a escravidão, e a escravidão renascida, articulada com a expansão do mercado mundial na época da Revolução Industrial, esta escravidão, enquanto relação social, pesava sobre tudo e tudo condicionava. A escravidão está na raiz do Império, de seu parlamento liberal-representativo, de seus conservadores e liberais, de sua elite política, da Coroa, de sua cultura, etc. O Império nasce com a escravidão e morre com ela, não

8

PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação (Mestrado em História Social). 2009. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

apesar dela. Ela explica tudo? Claro que não, mas não há explicação sem ela; não há trama histórica sem ela; não há intenção e ação dos sujeitos sem ela. Ainda para parafrasear Marx, ela é a luz que projeta suas sombras sobre todos os desejos, todas as vontades, todos os atos, até mesmo sobre aqueles que a destruíram.

Implicâncias?

Para terminar, duas linhas, que podem ou não ser meras implicâncias. Mais pesquisas e o prosseguimento do debate, sempre frutífero, o dirão. Por que reacionários e não regressistas? Por que Partido da Ordem e não Terceiro Partido? Por que não conservadores a partir de mais ou menos 1840 e certamente para o gabinete de 1848-1853?

Recebido para publicação em julho de 2009
Aprovado em setembro de 2009